

**ATA Nº 23, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E CONTROLE SOCIAL DO SANEAMENTO BÁSICO.**

Aos (11) onze dias do mês de abril, do ano de dois mil e vinte quatro (2024) através do aplicativo Google Meet, meio pelo qual a reunião aconteceu e registrou-se a presença dos seguintes **Conselheiros (natos)**: Presidente, Marcus Raimundo Carvalho da Silva Filho/SEMURB; Vice Presidente, Robson da Silva Siqueira/IFCE Maranguape; Lucia Mara Bezerra da Silva (Mara)/SEMA; Silvio Carlos de Oliveira Napoleão/CAGECE; Aquécio de Oliveira da Costa/SEINFRA. **Conselheiros (eleitos)**: José Dalisson Cavalcante do Nascimento/Eco Museu de Maranguape; Shirley Ferreira/AVATAH; José Luiz Ferreira de Menezes/CEEU; Beatriz Ferreira Andrade/CEM. Tivemos ainda a participação dos técnicos do núcleo de Meio Ambiente da SEMURB: Ítalo Renan Ferreira Girão/Gerente desse Núcleo; Carlla Danielle da S. Laureano/Gerente do Licenciamento da SEMURB; José Carlos Castro da Silva/Analista da SEMURB. Encerrada essa conferência de frequência, os trabalhos foram iniciados com a abertura da reunião pelo Gerente Ítalo, que apresentou a pauta: **Pedido de Licenciamento Ambiental por parte da Igreja Canaã**, que trata da construção de um templo no município de Maranguape, o terreno pretendido se situa, segundo a legislação do plano diretor vigente, em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). O gerente complementou que essas zonas foram delimitadas segundo algumas características físico-naturais e de expansão urbana, geralmente se encontrando em áreas com algum tipo de limitação de uso e ocupação ou proximidade com corpo hídrico. De acordo com o crescimento da cidade as pressões para uso dessas áreas foram aumentando e em adição a isto o plano diretor corrente poderia ser considerado desatualizado por ter sido formulado mais de 20 anos antes, não representando mais a realidade atual do município. Após terminar de introduzir o tema, o gerente Ítalo convidou a Gerente de licenciamento ambiental, Carlla Danielle, para apresentar a temática. A gerente deu início a apresentação dando embasamento técnico acerca da construção do estabelecimento, descrevendo os aspectos de localização, do terreno e do projeto arquitetônico, destacando, que atividades de construção civil destinadas à atividade religiosa não tem necessidade de licenciamento ambiental, porém, por conta do empreendimento se encontrar em uma Zona Especial, teria que passar por este processo. Após o parecer da Gerente, constatando que o empreendimento não apresentaria um impacto significativo em sua construção, o Presidente, Marcos, pontua a necessidade de que seja realizado um RIT (Relatório de Impacto de Trânsito), para que seja averiguado qualquer possibilidade de prejuízo ao tráfego da rodovia estadual que daria acesso ao templo, em conjunto com a anuência da SOP (Superintendencia de Obras Públicas) do estado do Ceará. Em sequência a conselheira Lucia Mara reforçou os pontos levantados pelo Presidente Marcos, adicionando a importância de que seja observada a potencial poluição sonora que poderia ser gerada pelo estabelecimento, prejudicando os atuais e futuros moradores da localidade. Em sequência o Gerente Ítalo descreve que a área que o projeto se situa vem sendo alvo de grande interesse para uso e ocupação devido a sua localização estratégica, sendo que a mesma já passou por transformações por conta da interferência antrópica, porém, complementa que a atividade pretendida, devida a sua natureza, apresenta baixo potencial de impacto. Seguidamente a conselheira Lucia Mara questiona se não haveria a ocorrência de algum recurso hídrico na área em debate e tem como resposta da Gerente Carlla Danielle, que não. O gerente Ítalo acrescenta que a área apresenta um certo acúmulo de água não natural por conta da construção de um muro ao redor do terreno, que em conjunto com uma ação de terraplanagem ilícita, ocasionou um desnível que favoreceu a concentração hídrica. O gerente ainda menciona que, por conta disto, deve ser prevista uma tecnologia de drenagem capaz de lidar com o acúmulo referente. A conselheira Lucia Mara, pontua acerca do risco da água represada ao redor do terreno, transpor o muro e ocasionar algum tipo de prejuízo para o terreno e seus arredores, e por conta disso, deveria haver especial atenção do poder público. O Gerente Ítalo sinaliza que isso deverá ser acompanhado e, se necessário, haver planejamento de obras de infraestrutura que sirvam para evitar possíveis prejuízos para os terrenos e comunidades vizinhas. Em sequência o Conselheiro Silvio Napoleão ressalta que o muro não serve de contenção para o acúmulo hídrico, e que se trata de um rebaixamento natural do terreno podendo, porém, haver esta ocorrência em caso de subida no nível de água. Em função disso, ele menciona que deveria haver deliberações que se baseassem em estudos técnicos apurados para garantir as infraestruturas adequadas. Em seguida, o Vice Presidente, Robson da Silva reforça a necessidade de que sejam realizados estudos para reduzir os riscos com relação a drenagem da área, devendo também ser considerado a retirada da mata nativa que havia anteriormente no perímetro, a geração de resíduos sólidos pelo empreendimento e o fator de impermeabilização de solo para uso de estacionamento dos fiéis. O vice-presidente concluiu sua fala ressaltando que estas questões precisam ser devidamente esclarecidas antes que sejam





realizadas deliberações definitivas. Em sequência o Gerente Ítalo apresenta brevemente a drenagem da área, expondo as mudanças que houveram no terreno de acordo com o aumento da ocupação nas suas proximidades, constatando que houve de fato um desmatamento na área em questão, assim como a terraplanagem e a construção do muro que ocorreram de maneira simultânea e sem o licenciamento ambiental devido. Em sequência a conselheira Shirley Ferreira salienta a suposta existência de um açude de dimensões consideráveis que outrora ocupou a área referente ao terreno, porém, eventualmente acabou sendo suprimido pela construção da rodovia, sendo este o fator que justificaria problemas com alagamentos e acúmulo de água no perímetro em questão. A conselheira também menciona que a construção da igreja poderia intensificar os problemas associados ao fluxo de pedestres, por conta da falta de sinalização nas vias de acesso, principalmente para os alunos de diferentes escolas que circulassem pela localidade do Mororó e pela rodovia. O Gerente Ítalo aponta que existe um projeto para a instalação de um sinal de trânsito no trecho em questão que poderia melhorar o fluxo, e no caso da drenagem, haveria projetos coordenados pela Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo, assim como, instrumentos legais que assegurariam a preservação dos corpos hídricos existentes no município. A conselheira Lucia Mara indica a possibilidade de inibir possíveis usos na área devido a sua similaridade com uma planície de inundação, que tornaria a ocupação desfavorável. A conselheira conclui a sua fala sugerindo que o conselho postergue a votação para quando houver mais informações do parecer técnico. Seguindo esta linha o Gerente Ítalo propõe a primeira deliberação como sendo a de que não haja votação no momento, e a segunda se tratando da solicitação de documentos complementares que seriam expedidos pelo empreendedor, e se, satisfazendo a demanda do conselho, dariam margem para uma possível votação relacionada ao tema em uma próxima reunião. Sendo estes documentos: estudos hidrológicos e projetos de drenagem; projeto de trânsito (RIST); averiguação da drenagem natural da região após um trabalho de geoprocessamento; verificar se tem histórico na SEMACE; Análise da SOP; Avançar na análise do licenciamento urbanístico; e projeto de arborização e compensação ambiental. Estes documentos devendo portanto serem solicitados pelo órgão de licenciamento ambiental do município, tendo esta proposta sido aceita de forma majoritária. Feitas as ponderações, a apresentação foi finalizada, sem mais para o momento, eu, Ítalo Renan Ferreira Girão, que secretariei esta reunião, dou por encerrada a presente ata, que será assinada por todos os presentes.//

1. Marcus Raimundo Carvalho da Silva Filho/SEMURB
2. Robson da Silva Siqueira/IFCE Maranguape
3. Lucia Mara Bezerra da Silva (Mara)/SEMA
4. Sílvio Carlos de Oliveira Napoleão/CAGECE
5. Aquécio de Oliveira da Costa/SEINFRA
6. Antônio Beatriz Ferreira Andrade/CEM
7. José Dalisson Cavalcante do Nascimento/Eco Museu Mpe.
8. Shirley Oliveira Ferreira/AVATAH
9. José Luiz Ferreira de Menezes/CEEU
10. Carla Danielle da S. Laureano/Gerente do Licenciamento da SEMURB
11. Ítalo Renan Ferreira Girão/Gerente Meio Ambiente-SEMURB
12. José Carlos Castro da Silva/ Analista-SEMURB